

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Data e local: 14/08/2015 – 9h – Anfiteatro da Reitoria

Presidência: Prof. Dr. Targino de Araújo Filho

Secretaria: Adriane C. de Oliveira Garcia

Membros presentes: Conforme lista de assinaturas anexa

1 – EXPEDIENTE

1.1 – Comunicações da Presidência

O Sr. Presidente deu os seguintes informes:

- **Posse.** Deu posse e boas vindas aos Profs. Drs. Alberto Luciano Carmasso, como representante efetivo indicado pelo Conselho do Centro de Ciências da Natureza – CCN e Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida, Diretor do CCN.

- **67ª. Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC.** A 67ª Reunião da SBPC foi um sucesso, superou as expectativas. Foi algo extraordinário para as crianças e para os adolescentes, além do público em geral. A SBPC Inovação foi um evento grande e o primeiro a ser realizado; houve duas mesas redondas que contaram com a participação de representantes do Governo Federal, dentre os quais os Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovação e a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), de agências de fomento e de associações como o Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (Fortec), a Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei) e as redes de núcleos de inovação tecnológica dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A mesa-redonda “Política de incentivo à inovação tecnológica nas instituições de Ciência e Tecnologia” reuniu os presidentes da Capes, Carlos Afonso Nobre, do CNPq, Hernan Chaimovich, da Finep, Luis Manoel Rebelo Fernandes e da Fapesp, Celso Lafer. O MCTI participou com todos os seus dirigentes. A SBPC Indígena foi algo muito importante, considerando que a UFSCar tem estudantes pertencentes a 29 etnias indígenas. Reconheceu e parabenizou o trabalho do Prof. Adilson J. Ap. de Oliveira, Vice-Reitor e da Sra. Lourdes de Souza Moraes, Diretora Executiva da FAI, que coordenaram a SBPC, também parabenizados pela Defesa Civil e Câmara Municipal de São Carlos, além de receberem inúmeros outros cumprimentos. O Prof. Dr. Adilson J. A. de Oliveira disse que fazer parte da organização da SBPC foi muito bom, teve oportunidade de saber um pouco mais sobre a UFSCar e sobre a cidade de São Carlos, pois visitou vários órgãos públicos e empresas para sua divulgação. A SBPC abriu a UFSCar para a comunidade, resultando em grande público presente no evento. Também destacou a presença do Prof. Dr. William Saad Hosne, ex-Reitor da UFSCar e atual Presidente do Conselho de Curadores, que veio proferir uma palestra no evento e ficou muito orgulhoso em ver como a UFSCar está hoje, sediando uma reunião da SBPC. A organização da SBPC reuniu aproximadamente 800 pessoas, foram 6.800 inscritos e aproximadamente 10.000 pessoas circulando durante o evento. Destacou a questão da

39 inclusão dos estudantes de pós-graduação no PINAES, questão esta discutida durante a SBPC e
40 aprovada uma moção que foi encaminhada para as instâncias competentes.

41 - **Ajuste fiscal.** Fez um relato sobre os cortes orçamentários pelos quais a universidade passou.
42 No orçamento do MEC, em relação ao que estava previsto no projeto da lei orçamentária, o
43 corte foi da ordem de 21%, sendo que o corte geral do MEC chega a quase 24%. No custeio, o
44 corte foi de 10% e em investimentos 47%. Para a UFSCar significou um corte total de R\$
45 23.520.935,00. A argumentação do MEC é de que, historicamente, as universidades nunca
46 conseguem executar todo recurso previsto em seus orçamentos, sempre executam menos em
47 relação ao que foi empenhado no ano anterior. Os valores dos repasses destinados aos
48 Centros foram apresentados detalhadamente em reunião com seus Diretores, com reajuste de
49 12,51% em relação ao montante de 2014.

50 – **Obras.** Fará uma visita aos departamentos no final deste mês para avaliar o que será feito
51 em relação às obras, diante dos cortes no orçamento e das dificuldades financeiras.

52 - **Pagamentos.** A ProAd vem tentando resolver a questão dos pagamentos, considerando que
53 o financeiro está sendo liberado uma vez por mês e com atraso, o que, anteriormente, ocorria
54 duas vezes por semana.

55 - **Orçamento.** O Orçamento do MEC em 2002 foi de 33 bilhões, em 2003 de 32 bilhões, hoje é
56 de 102 bilhões, tendo havido um crescimento significativo e a luta que a ANDIFES vem
57 empreendendo junto ao MEC é para que haja uma manutenção dos programas e projetos em
58 andamento, mesmo que alguns deles sejam postergados, como o “Ciência sem Fronteiras”,
59 que não terá edital este ano.

60 - **Requisições.** Em função da greve do ano passado, registrou que a Universidade deixou de
61 executar em 2014, R\$ 2,916 milhões da área acadêmica e R\$ 4,809 milhões da área
62 administrativa, fato este ocasionado pela falta de tempo hábil para processar todas as
63 requisições pela ProAd. Em anos anteriores, parte das consequências da paralisação do
64 processamento de requisições pela Pró-Reitoria de Administração podia ser remediada pela
65 absorção dessas requisições no ano seguinte. Em 2015, mediante um imenso esforço das
66 unidades da Administração Superior, conseguiu-se preservar os setores acadêmicos, que terão
67 a possibilidade de processamento das requisições não atendidas em 2014. Porém, para 2016,
68 talvez um dos principais impactos do corte orçamentário seja a impossibilidade de absorver as
69 requisições não processadas em 2015. Será mantido o compromisso da aquisição de itens não
70 adquiridos para a área acadêmica, porém aplicando-se os índices de corte 10% de custeio e
71 50% de investimento. Os itens não adquiridos da área administrativa foram cortados
72 sumariamente, sem processamento das requisições, de maneira a realizar o ajuste necessário
73 do fechamento do exercício sem déficit. O *Campus* Lagoa do Sino foi preservado e não sofrerá
74 cortes. Se no ano passado a greve terminou em julho e não se conseguiu processar o total de
75 requisições, a situação para este ano se agrava por demais. A reunião com o comando de
76 greve teve como pauta a busca de soluções que permitissem a operacionalização dos
77 processos de compras da Universidade; nesta reunião, o Vice-Reitor apresentou os prejuízos
78 que o não processamento das requisições de compras poderá trazer para toda a comunidade
79 universitária, especialmente diante dos cortes no orçamento da instituição, que agravam os
80 riscos de perda dos recursos. A solicitação feita ao comando de greve é para que sejam
81 acordadas estratégias voltadas à minimização desses prejuízos, que contemplem a

82 possibilidade dos servidores envolvidos nas diferentes etapas do processo de compras, que
83 estão em greve, desempenharem suas atividades normalmente as terças e quintas-feiras.

84 - **Greve dos servidores técnico-administrativos.** Leu o boletim do Comando de Greve do
85 SINTUFSCar. Na avaliação dos servidores, a retomada das negociações é importante, porém é
86 preciso ter contrapartida por parte da administração às reivindicações da categoria e
87 principalmente precisa haver respeito ao movimento grevista. Reiterou o respeito da
88 Administração ao direito de greve, mas registrou que a Universidade não pode arcar com
89 tantos prejuízos. Relatou que nos últimos dias foram registrados vários problemas ocasionados
90 em função do movimento paredista, como relatos de constrangimentos a servidores da
91 UFSCar, colocação de cadeado no portão de acesso à garagem de veículos oficiais,
92 esvaziamento de pneus de alguns veículos oficiais utilizados nas tarefas essenciais de
93 manutenção do *Campus*, além do impedimento da saída de um caminhão de empresa
94 contratada que estava prestando serviço à SBPC do interior da Prefeitura Universitária. Na
95 oportunidade, um servidor grevista se colocou à frente do caminhão impedindo sua
96 movimentação. Por esta e outras ações, na ocasião, disse ter falado que pessoas com este tipo
97 de ação são vândalos, não tendo, em nenhum momento, chamado a categoria de vândalos.
98 Lamentou a prática de disseminação de informações inverídicas por parte do comando local de
99 greve, que responsabiliza esta Reitoria pela ação junto ao Ministério Público Federal para
100 reabertura do Restaurante Universitário e, ainda, acusa a Administração Superior de falta de
101 disponibilidade para a negociação. Expressou que enquanto estava na Presidência da ANDIFES
102 negociou intensamente com a FASUBRA e com o MEC, registrando ser muito mais fácil
103 negociar lá do que aqui, o que é uma situação extremamente complicada e que expõe por
104 demais a universidade para além dos prejuízos administrativos.

105 **1.2 – Comunicações dos Membros**

106 - **Profa. Dra. Débora C. Morato Pinto, Pró-Reitora de Pós-Graduação.** 1) Apresentou o
107 panorama atual da pós-graduação frente ao corte de 10% aplicado pela CAPES que incidiu
108 diretamente no ProAP – Programa de Apoio à Pós-Graduação. No caso da UFSCar, este índice
109 significou uma redução de 70% nos valores atribuídos inicialmente para a pós-graduação, ou
110 seja, estão trabalhando com 30%. Recebeu todos os repasses financeiros dos restos a pagar e
111 neste momento, a pós-graduação não deve nada, todas as despesas do final de 2014 foram
112 pagas e 90% das de 2015. Expressa seu orgulho com a atuação dos professores e alunos, pois
113 apesar de todas as dificuldades, as atividades e os eventos estão sendo mantidos; 2) Durante
114 os meses de agosto e primeira semana de setembro serão realizados os seminários de
115 avaliação da CAPES; 3) A questão da interferência do Ministério Público Federal nas atividades
116 acadêmicas, assim como no resto do funcionamento da universidade, é cada vez mais intensa
117 e está chegando no limite do suportável. Ela advém principalmente de denúncias e está
118 gerando um excesso de judicialização.

119 - **Profa. Dra. Claudia Raimundo Reyes, Pró-Reitora de Graduação.** Participou, nos dias 10 e 11
120 de agosto, em Brasília, do IV Encontro Nacional do Fórum dos Comitês Gestores Institucionais
121 de Formação Inicial e Continuada dos Profissionais da Educação Básica (EnComfor). Neste
122 encontro, foram apresentadas as mudanças nas ofertas de novos cursos, frente ao
123 contingenciamento do MEC. As ofertas de 2014 que estão em andamento serão mantidas até
124 o final. Os cortes de 2015 não irão afetar os cursos da UFSCar porque são cursos de 1 ½ ano.

125 - **Eng. Rogério Fortunato Jr., Prefeito Universitário:** 1) Em relação ao ajuste fiscal e o
126 contingenciamento, disse que o mesmo já está impactando os contratos, tanto de obras
127 quanto de serviços e, mesmo nos contratos com recursos garantidos, está havendo atraso na
128 liquidação das notas fiscais, considerando que está sendo liberada apenas parte dos recursos,
129 o que acaba afetando de forma direta as empresas menores, que não conseguem manter as
130 contas em dia. 2) Reafirmou o efeito da crescente judicialização sobre a administração da
131 UFSCar, visto que o Ministério Público Federal obriga o atendimento às suas recomendações,
132 reduzindo a liberdade de decisão.

133 - **Profa. Dra. Sheyla M. B. Serra, Diretora do CCET.** Parabenizou o Vice-Reitor e demais
134 responsáveis pelo sucesso da SBPC. Reforçou o convite da Reitoria e do CCET para a
135 inauguração do Centro de Pesquisas de Materiais Avançados e Energia, apoiado pela ANP e
136 pela Petrobrás, que acontecerá hoje, no período da tarde.

137 - **Prof. Dr. Adilson Jesus Ap. de Oliveira, Vice-Reitor:** Informou que na semana passada teve
138 uma reunião com o Prof. Dr. Newton Lima Neto, atual Presidente da EBSEH, que no ano
139 passado, ainda como deputado federal, apresentou emendas ao orçamento da União, na área
140 de saúde, para apoiar as atividades do Hospital Universitário, que têm uma parte para custeio
141 e a maior parte, cerca de R\$ 4 milhões, para investimento. Espera que essas emendas sejam
142 liberadas.

143 **2 – ORDEM DO DIA**

144 O Pró-Reitor de Gestão de Pessoas, Prof. Dr. Mauro Rocha Côrtes, solicitou a retirada do item **c**
145 do assunto 2.1.2 - Adesão ao Programa de Docência Voluntária da Dra. Carla Ariela Rios
146 Vilaronga, Pedagoga, lotada na Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação Especial,
147 junto ao Departamento de Psicologia, em função do Departamento já ter atingido o
148 quantitativo de 20% dos voluntários externos permitido ao departamento.

149 **2.1 – Homologação das aprovações dadas *ad referendum* pela Presidência, abaixo relacionadas**
150 **referentes a:**

151 **2.1.1 – Solicitação de adesão ao Programa de Professor Sênior do Prof. Dr. Edward Ralph**
152 **Dockal, junto ao Departamento de Química. Proc. nº 2014/2015-91.**

153 A adesão ao Programa de Professor Sênior foi homologada por unanimidade.

154 **2.1.2 – Solicitação de adesão ao Programa de Docência Voluntária:**

155 **a) Dr. Marco Martins Amatzuzi, médico ortopedista, junto ao Departamento de Medicina.**
156 **Proc. nº 897/2015-02.**

157 **b) Dr. Luciano M. Bento Garcia, Economista, lotado na ProPq, junto ao Programa de Pós-**
158 **Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos. Proc. nº 2020/2015-48.**

159 As adesões ao Programa de Docência Voluntária, **a** e **b**, foram homologadas por
160 unanimidade.

161 **2.1.3 – Solicitação de adesão ao Programa de Serviço Voluntário do médico, Dr. Ubiratan**
162 **Cardinalli Adler, para atuar como técnico no ambulatório de Homeopatia da USE. Proc. nº**
163 **2101/2015-48.**

164 A adesão ao Programa de Serviço Voluntário foi homologada por unanimidade.

165 **2.2** – Análise da proposta de alteração da Resolução CoAd nº 055/2014 que dispõe sobre a
166 estrutura organizacional básica dos Centros da UFSCar. Proc. nº 2555/2015-19.

167 O Pró-Reitor de Gestão de Pessoas, Prof. Dr. Mauro Rocha Côrtes, explicou tratar-se de uma
168 mudança necessária em função do aumento do número de contratos na instituição e da falta
169 de um local na estrutura organizacional para alocar a responsabilidade sobre sua gestão.
170 Assim, a proposta apresentada é para que as Secretarias de Administração e Finanças também
171 fiquem responsáveis pela gestão dos contratos pertencentes a sua unidade. A estrutura básica
172 dos centros é assim composta: Divisão de Planejamento, Secretaria de Administração e
173 Finanças e Secretaria Executiva; com a aprovação da alteração, o inciso II do Art. 1º. terá a
174 seguinte redação: *II. Secretaria de Administração, Finanças e Contratos* e o Art. 3º. passará a
175 ter a seguinte redação: *Art. 3º A Secretaria de Administração, Finanças e Contratos será*
176 *responsável pelas atividades referentes à execução orçamentária e financeira do centro, bem*
177 *como pela gestão de contratos a ele vinculados.* Esta alteração consta na minuta padrão de
178 regimento dos Centros, já aprovada pelo ConsUni. Não havendo manifestações contrárias, a
179 proposta de alteração da Resolução CoAd 55/2014 foi aprovada por unanimidade.

180 **2.3** – Análise da proposta de alteração do Regimento Interno da Ouvidoria da UFSCar. Proc. nº
181 1127/2012-26.

182 A Sra. Silvana Aparecida Perseguinto, Ouvidora Geral, agradeceu a Dra. Patricia Rui Vieira,
183 Procuradora Federal, pelo trabalho de adequação do regimento da Ouvidoria à Instrução
184 Normativa nº 01/2014 da Ouvidoria Geral da União - OGU. Essa instrução entrou em vigor em
185 março/2015 e tem como objetivo promover a atuação integrada e sistêmica das Ouvidorias do
186 Poder Executivo Federal, visando qualificar o atendimento ao cidadão, possibilitando a
187 integração das ouvidorias federais. A IN estabelece princípios e diretrizes para as ouvidorias,
188 conceitua claramente as diferentes categorias de manifestações e alinha os prazos para
189 resposta de acordo com a lei de acesso à informação. Uma ouvidoria pública federal é uma
190 instância de controle de participação social responsável pelo tratamento das reclamações,
191 solicitações, denúncias, sugestões e elogios relativos às políticas e ao serviço público prestado
192 sob qualquer forma ou regime, com vistas ao aprimoramento da gestão pública. As Ouvidorias
193 devem observar as diretrizes da Ouvidoria Geral da União e da Controladoria Geral da União.
194 Colocou-se à disposição para esclarecimento de dúvidas. A minuta de regimento foi analisada
195 na forma de indicação dos conselheiros, dos artigos aos quais desejassem fazer destaque para
196 discussão. Elencados os artigos constantes da minuta para destaques, iniciou-se a análise. Art.
197 2º II – A promoção junto às várias instâncias acadêmicas e administrativas dos direitos de
198 grupos vulneráveis ou discriminados. Proposta sugerida: *Art. 2º II – A articulação junto às*
199 *várias instâncias acadêmicas e administrativas para promoção de ações voltadas aos direitos*
200 *de grupos vulneráveis ou discriminados.* Art. 5º VIII – Promover a conciliação e a mediação na
201 resolução de conflitos entre a sociedade e a instituição. Proposta sugerida: *Art. 5 VIII – Atuar,*
202 *articulado às demais instâncias da universidade, no sentido de promover a conciliação e a*
203 *mediação na resolução de conflitos entre a sociedade e a instituição.* XI – Promover
204 articulação, em caráter permanente, com instâncias e mecanismos de participação social.
205 Proposta sugerida: *XI – Participar de esforços de promoção permanente da articulação com*
206 *instâncias e mecanismos de participação social.* O Prof. Dr. Mauro Rocha Côrtes, Pró-Reitor de
207 Gestão de Pessoas, manifestou-se com relação ao Art. 20, relativo ao encaminhamento dado
208 pela Ouvidoria a Unidade responsável pela sua apuração, pois a ProGPe tem trabalhado em

209 conjunto com a Ouvidoria nas denúncias de assédio, porém ficou de fora deste artigo. A Profa.
210 Dra. Wanda M. Hoffmann, Diretora do CECH, disse apoiar o processo de melhoria e de
211 seguimento da legislação e também cumprimenta a Ouvidora Geral, expressando seu apoio
212 em todos os casos complexos do CECH. A Sra. Ouvidora Geral agradeceu a Profa. Dra. Wanda e
213 esclareceu que a Ouvidoria sempre respeita a linha hierárquica institucional. Com relação ao
214 Art. 20, que trata do encaminhamento dado pela Ouvidoria a Unidade responsável pela sua
215 apuração, citado pelo Prof. Dr. Mauro Rocha Côrtes, explicou que quando se trata de servidor
216 docente e técnico-administrativo, o entendimento é que caberia à Comissão Permanente de
217 Ética e não à ProGPe. Disse, ainda, que a estrutura da Ouvidoria é enxuta, mas que no
218 regimento consta o apoio de uma secretaria, chamando a atenção para necessidade de sua
219 implantação, com a alocação de um servidor técnico-administrativo. O Sr. Presidente elogiou o
220 trabalho que vem sendo feito pela Sra. Silvana Aparecida Perseguino junto a Ouvidoria, mas
221 chamou a atenção para o fato de que a Universidade é obrigada, pela legislação vigente, a
222 implantar determinadas unidades, como a Auditoria Interna, a Ouvidoria e a Coordenadoria de
223 Processos Administrativos Disciplinares, porém não tem contrapartida de novas vagas de
224 servidores técnico-administrativos do Ministério da Educação. Concluída a apreciação, as
225 alterações do Regimento Interno da Ouvidoria propostas foram aprovadas por unanimidade.

226 **2.4 – Análise da proposta de alteração do Calendário ProAd 2015. Of. nº 255/2015.**

227 O Prof. Dr. Neócles Alves Pereira, Pró-Reitor de Administração, informou que o calendário, na
228 sua primeira versão, foi aprovado no final do ano passado e que, em decorrência da Portaria
229 nº. 4 – SPO-MEC, publicada no DOU em 06/07/2015, teve que ser alterado. Foram feitos
230 alguns ajustes, os quais já foram discutidos com os diretores de centro e também com os
231 gestores administrativos. Foi antecipado o prazo máximo para empenho de recursos de RTN e
232 de recursos de descentralização do MEC para o dia 10/11, o que terá um impacto muito
233 grande nas requisições ProAd. O prazo para requisição de compras no SAGUI não foi alterado,
234 com relação à elaboração das atas de registro de preços, em função da greve não puderam dar
235 continuidade. Encerradas as manifestações, a alteração do Calendário ProAd 2015 foi
236 aprovada por unanimidade.

237 **2.5 – Análise da minuta de resolução que institui e disciplina a Comissão Análoga à Comissão**
238 **Permanente de Pessoal Docente da Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico –**
239 **CPPD/EBTT da UFSCar.**

240 O Pró-Reitor de Gestão de Pessoas, Prof. Dr. Mauro Rocha Côrtes, informou que a Lei nº.
241 12.772/2012 e o Decreto nº. 7.806/2012 instituíram algumas modificações no
242 acompanhamento da carreira de docentes do magistério superior e do ensino tecnológico -
243 EBTT. Na UFSCar, constituíram comissões para cuidar da carreira do magistério superior e,
244 para o EBTT a progressão era automática, quando ocorria o interstício. A UFSCar tem hoje 13
245 professores de EBTT, e para atender o disposto na legislação, é necessário criar uma comissão
246 análoga à CPPD (Comissão Permanente de Pessoal Docente), para realizar as avaliações do
247 Reconhecimento de Saberes e Competências - RSC; para efeito de progressão ainda não há
248 uma norma definida. A comissão análoga será composta por 3 membros efetivos e 3
249 suplentes, eleitos por seus pares. Após, em regime de votação, por unanimidade dos membros
250 presentes, foi aprovada a instituição da Comissão Análoga à CPPD/EBTT.

251 **2.6 – Análise da proposta de Regimento Interno do Conselho de Administração - CoAd.**

252 A pedido da Presidência, a Profa. Dra. Elisabeth Márcia Martucci, Chefe de Gabinete, relatou
253 que a proposta de Regimento Interno do CoAd apresentada é similar ao Regimento Interno do
254 ConsUni, com as particularidades do CoAd, que estão em destaque na minuta. Foi solicitada a
255 inclusão no Art. 6º, do mandato dos prefeitos universitários e secretários gerais e também a
256 possibilidade de assento para Diretor de *Campus*. Com relação à inclusão do Diretor de
257 *Campus* na composição do CoAd e do ConsUni, o Sr. Presidente deixou como recomendação
258 para a propositura ser analisada posteriormente no Conselho Universitário. O Sr. Geraldo
259 Costa Dias Jr., Pró-Reitor de Assuntos Comunitários e Estudantis, lembrou-se da necessidade
260 de verificar a proporcionalidade junto aos conselhos. Concluída a apreciação, o Regimento
261 Interno do Conselho de Administração foi aprovado por unanimidade, com a inclusão no Art.
262 6º do mandato dos prefeitos universitários e secretários gerais.

263 Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença e colaboração dos
264 senhores conselheiros, declarando encerrada a presente reunião, da qual eu, Adriane C. de
265 Oliveira Garcia, na qualidade de secretária, redigi a presente ata que assino,
266 _____ após ser assinada pelo Sr. Presidente e demais
267 membros presentes.

268 Prof. Dr. Targino de Araújo Filho Profa. Dra. Claudia R. Reyes Profa. Dra. Claudia Maria S. Martinez

269 Profa. Dra. Heloísa Sobreiro S. de Araújo Profa. Dra. Débora Cristina M. Pinto Prof. Dr. Neócles A. Pereira

270 Prof. Dr. Mauro Rocha Cortes Sr. Geraldo Costa Dias Jr. Prof. Dr. José da Costa Marques Neto

271 Prof. Dr. Fernando D. Alves Eng. Rogério Fortunato Jr. Sra. Gisele Ap. Zutin Castelani

272 Profa. Dra. Luzia Sigoli F. Costa Prof. Dr. Antonio F. do Prado Profa. Dra. Camila Hofling

273 Profa. Dra. Érica Pugliesi Profa. Dra. Sheyla Mara B. Serra Profa. Dra. Ana Beatriz de Oliveira

274 Profa. Dra. Wanda A. M. Hoffmann Prof. Dr. Jozivaldo P. G. de Moraes Prof. Dr. Aparecido Jr. de Menezes

275 Profa. Dra. Kelen C. Leite Prof. Dr. Jorge L. Faria de Meirelles Prof. Dr. Walter Libardi

276 Prof. Dr. Thiago Luis Russo Prof. Dr. Eduardo Dal' Ava Mariano Profa. Dra. Maria Virgínia U. Guimarães

277 Prof. Dr. James Alves de Souza Profa. Dra. Neila C. V. da Cunha Prof. Dr. Alberto Luciano Carmassi

278 Sr. Luciano M. Bento Garcia Sra. Suelen Rodrigues